

## **35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

**GT: 20 - Território, desenvolvimento e meio ambiente**

**Título:** As novas territorialidades rurais: potencialidades e desafios

**Nome da autora:** Suzana Maria Pozzer da Silveira

**Resumo:**

Embora tenha havido um refluxo no êxodo rural, ainda persiste a migração campo-cidade, assim como o envelhecimento da população rural. Concomitante a isso, verifica-se o fortalecimento da pluriatividade e multifuncionalidade no meio rural. Desse modo, passa a existir maior dinamização nos territórios rurais, pois muitos agricultores que permanecem no campo vêm construindo novas parcerias, novas formas de cooperação. Muitas dessas ações não se voltam exclusivamente para produção ou comercialização dos produtos, mas compreendem um modo peculiar, criativo de produzir, com mais autonomia e sustentabilidade. Um caso emblemático são as redes que vem se disseminando nos espaços rurais, tais como as redes de agroecologia, de produtos orgânicos, de turismo rural. Nesse contexto, o trabalho objetiva discorrer sobre as potencialidades e desafios dessas experiências na construção dos territórios.

**Palavras-chave:** sustentabilidade, território, campesinato, rede.

## Introdução

**“Os campesinatos do terceiro milênio representam a insubordinação: eles são como insetos irritantes”**

Van der Ploeg (2008)

Segundo as teorias clássicas do paradigma do capitalismo agrário<sup>1</sup> os camponeses seriam uma categoria em extinção, pois no capitalismo não haveria espaço para essa modalidade de produção. De fato, grande parte dos agricultores familiares passaram a integrar-se às cadeias produtivas do agronegócio, ficando dependentes dessa forma de produção. Com isso já não é mais a estrutura familiar que decide o que produzir, quanto produzir e para quem produzir, pois está dependente das redes dos complexos agroindustriais. No entanto, Van der Ploeg (2008) destaca em sua obra “Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização” que os camponeses não estão em extinção, porém sua presença foi obscurecida em função das análises clássicas que vaticinavam o seu fim. Dessa forma, com base em estudos de caso, o autor comprova que os camponeses estão presentes em diversos lugares, inclusive na Europa, local em que grande parte da agricultura familiar se modernizou, passando a operar inserida no agronegócio. Isso porque comprovou que praticam uma agricultura familiar que não está atrelada a compra e venda da força de trabalho, sendo as decisões (o que, onde, como e quanto produzir) tomadas na unidade familiar, segundo seus critérios e objetivos. Embora esse enfoque seja recente, muitos estudiosos, organizações, movimentos sociais já vem considerando a possibilidade de resgate e valorização do campesinato, diferenciando-o da agricultura familiar inserida no agronegócio. Para o referido autor, o

---

<sup>1</sup> Paradigma do Fim do Campesinato – Marx, Lênin, Kautsky; Paradigma da Metamorfose do Campesinato (Agricultura Familiar)– Mendras, Abramovay, Veiga; Paradigma da Resistência do Campesinato – Van Der Ploeg, Sevilla-Gusman, Terry Marsden, Bernardo Mançano e Arioaldo de Oliveira.

campesinato não apenas continua existindo como vêm através de inovações, endógenas ao seu território, se fortalecendo. Além disso, essas formas organizativas constituiriam alternativas ao “Império” dos mercados e suas corporações, as quais estão interessadas apenas no lucro, por meio da extração ilimitada dos recursos territoriais. Com a intensificação da globalização e a hegemonia dos mercados, a partir da década de 1980, essas práticas se acentuaram, tendo o Estado perdido espaço e controle dos fluxos transnacionais de capitais. Dessa forma, os “Impérios” se deslocam de um lugar para outro, segundo as melhores possibilidades de aquisição de recursos naturais e mão-de-obra barata.

Nesse contexto, como exemplos práticos, os territórios campestres constituem-se como resistência e alternativas de novos processos de desenvolvimento rural. A pluriatividade e a multifuncionalidade passam a se fazer presentes, e redes são articuladas a fim de viabilizar esses novos processos. Além disso, o que também tem contribuído para dar visibilidade as formas campestres de produção, com valorização da unidade familiar, dos solos, da cultura local, das sementes crioulas, tem sido a emergência da problemática ambiental. Desde a década de 1970, com a Conferência de Estocolmo, a questão do meio ambiente vem sendo considerada conjuntamente com o tema do desenvolvimento. E, ao invés da visão etapista/evolucionista de crescimento das sociedades de forma ilimitada, aos poucos vem tornando-se consenso que o desenvolvimento não deve ser linear e amparado exclusivamente no crescimento econômico. Isso porque essa forma de crescimento vem tornando-se insustentável para as sociedades atuais e futuras, sendo necessária a inclusão de novas variáveis, tais como questões ambientais, culturais, políticas, sociais. Enfim o desenvolvimento passa a ser compreendido de modo multidimensional, levando em consideração as especificidades locais/territoriais (SACHS, 2007; VIEIRA, 2007).

A partir da década de 1990 muitas políticas públicas vêm sendo ofertadas a esse segmento do meio rural, em geral denominado de agricultores familiares, os quais podem estar atrelados ou não ao agronegócio. Nesse último caso, como referido, constituiriam formas camponesas de produção agrícola. Somado a isso, a sociedade civil tem reivindicado melhores condições para o

desenvolvimento rural que favoreça os pequenos agricultores, assim como tem se organizado através de redes para implementar seus projetos e viabilizar sua produção. Um exemplo emblemático desse tipo de rede é a Rede Ecovida de Agroecologia, formada em 1998 como resultado de mais de 20 anos de trabalho do movimento agroecológico do Sul do Brasil.

Face ao exposto, na primeira seção do trabalho serão abordadas questões mais amplas que, de certo modo, vem contribuindo para o surgimento do desenvolvimento territorial sustentável (DTS)<sup>2</sup>, tais como o pós-fordismo, a globalização, a questão ambiental e as novas tecnologias. A segunda seção trata do impacto dessas mudanças no meio rural, destacando a crise da agricultura moderna, a valorização da agricultura familiar e camponesa, procurando diferenciar essas modalidades de produção. Assim como, ressalta as peculiaridades desse novo contexto, tais como o desenvolvimento endógeno, sustentável, em que a multifuncionalidade e a pluriatividade, em geral, estão presentes. Na terceira e última seção discorre sobre as iniciativas da sociedade civil organizada, tais como as redes de produção agroecológica, a formação de ONG's, fóruns, associações, tendo por base alguns estudos de caso sobre essas iniciativas.

## **1 Mudanças macro-estruturais que vem convergindo para a formação de novas modalidades de desenvolvimento**

De modo geral, os diferentes discursos sobre desenvolvimento o compreendiam de forma linear, etapista, em que as sociedades alcançariam um mesmo patamar de progresso. No entanto, essa visão de mundo começou a ruir com a crise do fordismo, o qual se baseava no taylorismo e na mecanização das indústrias. O taylorismo caracterizou-se pela estrita divisão do trabalho entre idealizadores da produção e meros executantes. Essa forma de divisão do

---

<sup>2</sup> O conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) tem por base o conceito de Desenvolvimento Territorial, conferindo significativa relevância a dimensão ambiental, que, em geral, é considerada sob a ótica do paradigma sistêmico/complexo. Para maior aprofundamento recomenda-se a obra de VIEIRA, Paulo Freire *et al.* **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento.** Florianópolis: APED: Secco, 2010.

trabalho aumentou a produtividade, causando uma gigantesca crise de superprodução (anos 30 – Grande Depressão), pois os trabalhadores não tinham poder aquisitivo para adquirir os produtos. Esses fatores contribuíram para a formação de um novo modo de produção (fordismo), que combinava produção crescente com consumo de massa crescente. Nesse contexto, o ideário de felicidade era proporcional a capacidade de consumo. Além disso, caracterizava-se por uma legislação social que assegurava aos trabalhadores ganhos correspondentes ao crescimento do país, e um Estado-providência que os permitia continuar sendo consumidores, mesmo estando inativos (doença, aposentadoria, desemprego). Porém, na segunda metade dos anos 1960 o modelo fordista começou a entrar em crise em função da diminuição dos ganhos de produtividade, sendo que maio de 1968 marcou a primeira grande revolta contra o fordismo. Além disso, os operários se revoltavam cada vez mais contra essa forma de trabalho baseada na separação entre trabalho intelectual e braçal. Em função da queda dos lucros, os salários foram diminuídos o que reduzia os mercados e provocava desemprego. Outro fator que veio somar para esse declínio foi a crise ecológica (LIPIETZ,1991).

Devido as transformações políticas econômicas do capitalismo, conforme referido, com recessões, crises, em meados dos anos 1970 há a passagem do fordismo para o pós-fordismo. Passa a ocorrer uma nova forma de organização tanto das empresas, quanto da vida social por meio de um regime baseado na “acumulação flexível”. Diferente da rigidez do fordismo apóia-se na flexibilidade, nas novas tecnologias, nos novos processos de trabalho (temporário, parcial, subcontratado). A flexibilidade e mobilização de capital e trabalho não significam uma desorganização do sistema capitalista, mas uma reorganização em novas bases. As informações, o controle dos fluxos de conhecimento e a capacidade de codificá-los são muito valorizados. Assim como, as tecnologias utilizadas para a coordenação internacional de fluxos financeiros, os quais passam a atuar livremente com mínimo ou nenhum controle por parte dos Estados. Essas mudanças de fluxos de capital quase instantânea alteram as dimensões do tempo e do espaço para a produção, tornando-as mais flexíveis (HARVEY, 1992). Além disso, propiciaram a intensificação da globalização, fazendo com que a preocupação dos Estados-nação fosse de se adaptar às exigências do

mercado internacional, tais como ao movimento do capital internacional, às novas tecnologias, etc. Dessa forma, a globalização se intensifica com a emergência do pós-fordismo, das novas tecnologias e de um sistema financeiro internacional, tendo por mote o ideário do Neoliberalismo, de liberdade total para os mercados. Enquanto o liberalismo se voltava para a sociedade nacional, o neoliberalismo se estrutura diretamente no mercado mundial (IANNI, 2002). No pós-fordismo a maioria dos serviços tem por base a troca contínua de informações e conhecimento. O que se produz não é tangível, mas imaterial como, por exemplo, produto cultural, conhecimento ou comunicação. O trabalho imaterial envolve a interação e a cooperação social, sendo que as telecomunicações, as tecnologias de informação possibilitaram a desterritorialização da produção. Os operários podem se comunicar e cooperar estando em pontos distantes, não havendo necessidade de território e de um ponto fixo, pois a produção tende a se organizar em redes horizontais de empresas. Com isso o capital não se limita a um território e não se prende a suas coações, pois pode mudar de um lugar para o outro (HARDT & NEGRI, 2006).

Nesse contexto de mudanças com a passagem do fordismo ao pós-fordismo iniciam-se os debates em âmbito internacional sobre o tema do meio ambiente, sendo a Conferência de Estocolmo, em 1972, o marco principal. Desde então a variável ambiental vem sendo considerada nas discussões/projetos sobre desenvolvimento. Tem contribuído para tal os diversos relatórios internacionais sobre a urgência do problema climático. Dessa forma, como consequência das críticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, começou a florescer o paradigma do desenvolvimento sustentável, o qual é uma construção histórica que teve início com os movimentos sociais na década de 1960, em especial os movimentos ecológicos, críticos a sociedade consumista e produtivista. Posteriormente, por meio das idéias de Ignacy Sachs sobre ecodesenvolvimento foi possível a reflexão sobre outro desenvolvimento, que busca a preservação do meio ambiente e maior equidade social. Mas, de modo geral, o conceito de desenvolvimento sustentável foi construído e difundido no âmbito das organizações internacionais. Em 1972 foi publicado pelo Clube de Roma o Relatório Meadows

denominado “os limites do crescimento”. A proposta deste documento era que o crescimento deveria ser limitado, visto os recursos naturais serem finitos. Em 1983, foi lançado o Relatório Brundtland que também alertava sobre os riscos em se comprometer as gerações futuras a continuar a forma vigente de crescimento. Como reflexo da importância do tema, ocorreu no Rio de Janeiro a Eco-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992. No âmbito acadêmico surgiram uma série de debates, pesquisas e “modelos alternativos” de desenvolvimento (ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, etc). Teve também impacto no Estado, passando a ser implementados organismos de regulação, controle, assim como nas empresas com o surgimento da responsabilidade social - ambiental (SERVA, 1999).

Entretanto, embora o conceito de desenvolvimento sustentável venha sendo amplamente utilizado, em congressos, legislações, pesquisas, não há um consenso sobre sustentabilidade, nem sobre desenvolvimento. Mas, cada vez mais vem tomando força a idéia de que não há um único paradigma de desenvolvimento, mas diversos segundo o contexto histórico, cultural e a diversidade ecológica de cada região/território. O debate sobre esses conceitos é importante, pois aumenta a percepção de que não é possível manter e disseminar os padrões de consumo das sociedades consideradas mais desenvolvidas (DIEGUES, 2011). Além disso, sinalizam para o fato de que o meio ambiente e as mudanças climáticas são um dos maiores desafios da atualidade. Segundo Sachs (1986, 2009), a crise do desenvolvimento vigente é uma crise de “crescimento mimético”, de modo que seguir o mesmo caminho dos países industrializados, reproduzindo seu modelo, é uma forma de assegurar o desenvolvimento para uma minoria. Destaca que de 1959 a 1975 foi mantida uma tripla ilusão do que realmente era importante para o desenvolvimento: aposta no crescimento com base no PIB per capita; crescimento técnico e produtivo das empresas, ignorando externalidades sociais e ecológicas; internacionalização crescente dos circuitos econômicos. Desse modo, enfatiza a importância em se buscar novos modelos de desenvolvimento, endógenos, sustentáveis e não miméticos.

O potencial de desenvolvimento endógeno pode, para isso, decompor-se em três elementos estreitamente ligados: a capacidade cultural de pensar-se a si mesmo e de inovar, a capacidade político – administrativa de tomar decisões autônomas e de organizar a execução das mesmas, enfim, a capacidade do aparelho de produção para assegurar a sua reprodução, ampliada em conformidade com os objetivos sociais de desenvolvimento (SACHS, 1986, p. 83 - 84).

Para tal, propõe o conceito de ecodesenvolvimento, o qual passou a ser difundido a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972. De modo geral, correndo riscos de simplificações, pode-se colocar que o ecodesenvolvimento é crítico as limitações da concepção economicista, tecnocrática, autoritária de planejamento e aos modelos universalistas de desenvolvimento. Propõe a busca de soluções específicas para cada território, com ampla participação dos atores locais, os quais devem identificar seus problemas e buscar alternativas viáveis. Visa transformações profundas nos estilos de vida com distribuição mais eqüitativa da riqueza, redução dos níveis de consumo supérfluo e do desperdício de recursos (VIEIRA, 2007). Ou seja,

Os adeptos deste enfoque enfatizam as limitações dos enfoques « analítico-reducionistas » (Von Bertalanffy, 1968) no campo das políticas de desenvolvimento, deslegitimando pela base as pseudo-soluções de corte paliativo. Trata-se de um enfoque alternativo de planejamento e gestão, equidistante tanto da visão *economicista* quanto da visão *estatista* que têm comandado a dinâmica evolutiva das sociedades contemporâneas (liberais e socialistas) (VIEIRA & CAZELLA, 2009, p.03).

A questão principal colocada pelo ecodesenvolvimento é a associação entre desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente. Desse modo, esse enfoque visa uma nova modalidade de desenvolvimento que seja integrado, participativo, endógeno. Além disso, que privilegie a transdisciplinaridade entre diferentes campos e atores para construção e implementação de alternativas, de cenários preventivos e proativos. Para tal, segundo Vieira (2006), tem por base os pressupostos do paradigma



sistêmico/complexo<sup>3</sup> como referência para a construção de novos modelos de planejamento e gestão. Somado a isso inclui a ecologia política, a qual tem uma função mediadora entre o “esforço de entendimento teórico dos sistemas sociológicos e a busca de enfrentamento dos condicionantes estruturais da crise” (VIEIRA & BERKES, 2005, p. 337). Nestes termos o ecodesenvolvimento compreende a problemática ambiental como sendo reflexo de uma crise estrutural da lógica organizativa das sociedades modernas. As principais estratégias para implementar ações visando reverter esse quadro estão centradas no território, nas experiências locais, mas sem perder de vista a dimensão global. Isso porque, é por meio da autoconfiança (*self-reliance*), valorização dos ativos locais, prudência ecológica, participação ativa que as ações podem ser desencadeadas. Além disso, é imprescindível a integração transescalar das instituições que atuam no território, o que requer novas formas de planejamento e gestão capazes de superar as posturas “tecnocráticas”.

Embora sua pouca visibilidade<sup>4</sup>, atualmente, muitos *experts* continuam seguindo os pressupostos do ecodesenvolvimento para a construção de novos conceitos, tal como o conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) que tem por base a dimensão territorial. As análises do desenvolvimento territorial situam-se no campo da sociologia econômica e da economia social. Em princípio, nos anos 1980, esses enfoques priorizaram o desenvolvimento local, nos anos 1990, o desenvolvimento territorial e por último se voltam para o desenvolvimento territorial sustentável (LÉVESQUE, 2010). Segundo Pecqueur (2003) os territórios são em geral caracterizados por um maior equilíbrio entre a sociedade e comunidade, por sistemas produtivos locais marcados pela historicidade, memória coletiva, onde se sobressaem relações de reciprocidade.

---

<sup>3</sup>De forma simplificada pode-se colocar que esse paradigma constitui-se como um questionamento aos principais pilares da modernidade – capitalismo e cartesianismo. Enquanto este reduz o complexo ao simples, separando-o em partes, tal como as peças de uma máquina, o primeiro consiste num modo de produção que se apropria da natureza, dos seus recursos como se fossem ilimitados (MORIN, 2007).

<sup>4</sup> Para compreender a pouca visibilidade desse conceito ver o artigo de LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Disponível em: <http://www.nereainvestiga.org/pt/publicacoes/detalhes/scripts/core.htm?p=publicacoes&f=detalhes&lang=pt&secao=&item=32> . Acesso em: 24/10/08.

Esses vínculos, que são únicos em cada território, passam a ser valorizados como sendo um diferenciador e podem propiciar uma melhor estratégia de interação nas dinâmicas dos processos produtivos globais. Dessa forma, há uma redefinição do espaço em que ocorrem os processos de desenvolvimento, pois o território não é mais compreendido como uma estrutura estática, mas como sendo um campo de forças, com uma dinâmica própria. Nesse sentido, os territórios podem ser caracterizados como territórios “dados” (espaço legal, geográfico), ou territórios “construídos” (resultado da mobilização dos atores) (PECQUEUR, 2005, p. 169, apud ANDION *et al*, 2009).

## **2 O meio rural e as novas territorialidades**

Houve mudanças substanciais no setor agrícola, no século XX, em todo o mundo, em parte decorrente da crise do padrão fordista de produção que favoreceu o processo de “desindustrialização”, desemprego e o surgimento de uma visão ecológica. Somado a isso, no meio rural destacam-se a superprodução agrícola e os problemas ambientais e sociais decorrentes desse modelo produtivista. Com as mudanças da produção fabril, no pós-fordismo, houve uma diminuição da migração rural/urbano, surgindo a “neo-ruralização” em que a multifuncionalidade e a pluriatividade passam a ser valorizadas. Ou seja, a produção passa a ser mais diversificada, em pequena escala, tendo ênfase a qualidade dos produtos. Nesse contexto a temática ambiental é cada vez mais incorporada à agenda social, e a agricultura familiar passa a ter mais destaque (SILVEIRA & VILELA, 1998).

Segundo Van Der Ploeg (2008) a agricultura mundial pode ser caracterizada por três trajetórias de desenvolvimento: industrialização, como sendo uma forte tendência; recampesinização, marcando a presença do campesinato que fora obscurecida; e a desativação que constituiria um processo emergente. Ressalta que há uma interação entre essas diferentes formas de agricultura, sendo a camponesa baseada no capital ecológico, na multifuncionalidade, na produção voltada para a reprodução do grupo familiar e para o mercado. Já a agricultura empresarial é baseada no capital

financeiro/industrial com produção especializada e orientada para o mercado, e a agricultura capitalista de grande escala tem a produção voltada para a maximização do lucro. Embora essas diferenças e nuances, o autor destaca dois modelos dominantes, sendo um referente aos circuitos curtos e descentralizados, e outro muito centralizado operando em escala mundial, que denomina de “império”. Através dele são criadas desconexões, entre a produção, o consumo e as especificidades locais, ou seja, o “Império” cria os ‘não-lugares’. Porém, frente às pressões aos sistemas locais de produção de alimento que tende a marginalizar muitos produtores, tornando-os dependentes, têm surgido formas de recampesinização que podem traduzir-se em “luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (VAN DER PLOEG, 2008, p.23). Assevera que mesmo submetida ao Império a agricultura camponesa representa uma resistência, principalmente, por conseguir se desviar das suas pressões e regulações, através de circuitos curtos de comercialização. Dessa forma, nesse contexto, os principais processos de desenvolvimento, atualmente, são a industrialização e a recampesinização.

Nessa mesma perspectiva, do paradigma da resistência camponesa (Neochayanovista), Wanderley (2009) destaca que a reprodução do campesinato, diferente do assalariado que tem uma relação direta entre capital e trabalho, possui uma relação que se caracteriza por “autonomia-subordinação”. Isso porque os camponeses, em face da lógica do capital, estão sempre buscando espaços de autonomia, o que contribui para a heterogeneidade da agricultura familiar. Desse modo, ao invés de um “destino de extinção” os camponeses frente às imposições da sociedade procuram resistir com inovações e diversificação de sua produção. Nesse sentido, a análise de Chayanov (1974) é importante para a compreensão desse processo de reprodução da agricultura familiar e das potencialidades do campesinato nas sociedades modernas. Observa a referida autora que esse debate pode ser ampliado na sociedade brasileira com a implantação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1990. Assim como, a própria denominação agricultura familiar foi uma inovação diante de expressões pejorativas como produtor de baixa renda, caiçara, pequeno agricultor, etc.

Dessa forma, pode-se colocar que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. O campesinato é uma forma específica de agricultura familiar que tem por propósito manter e conservar o patrimônio familiar, podendo se reproduzir em diferentes modos de produção (CHAYANOV, 1974). Sendo assim, do ponto de vista sociológico, o que diferencia a agricultura familiar da agricultura empresarial/capitalista são as diferentes relações sociais que se estabelecem nesses âmbitos. Ou seja, embora no geral a agricultura camponesa seja de pequeno porte, o que irá determinar sua natureza não é seu tamanho, mas sim as suas relações sociais. Desse modo, quando a agricultura familiar está inserida no agronegócio a lógica de produção não é somente familiar, pois não é mais a família que organiza sua atividade produtiva, segundo seus critérios e objetivos, pois está dependente dos pacotes tecnológicos e insumos industriais, tendo menor autonomia em suas ações. No entanto, existem diferentes níveis e nuances entre essas diferentes formas de agricultura, tendo maior ou menor inserção nos mercados, maior ou menor autonomia, etc (informação verbal)<sup>5</sup>. Segundo Wanderley (2009) a autonomia é sempre relativa, pois os camponeses precisam efetuar trocas com a sociedade externa. Além disso, o sistema tradicional de produção nem sempre consegue eliminar a fragilidade da agricultura camponesa, a precariedade e a situação de pobreza. Entretanto, adverte que agricultura camponesa não é sinônimo de agricultura de subsistência, pois tem por propósito manter e conservar o patrimônio familiar. Assim como, ressalta que a pluriatividade não significa a desagregação da agricultura camponesa, mas uma estratégia da família em conservar sua reprodução.

Têm contribuído para fortalecer a agricultura familiar as análises críticas ao paradigma da modernização agrícola, ou Revolução Verde, devido os problemas que vem causando em função da degradação ambiental, social e cultural dos territórios em que está inserida. Van Der Ploeg (2008) ressalta que a crise desse modelo produtivista é iminente, pois esse tipo de agricultura vem sistematicamente destruindo o meio ambiente através da poluição e

---

<sup>5</sup> CAUME, David. **Anotações de classe** – aula expositiva. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010/02.

contaminação; proliferação de doenças (vaca louca, febre aftosa, gripe aviária, peste suína) e incapacidade de propiciar trabalho/inclusão social às populações locais, entre outros. Dessa forma, segundo o autor, é a primeira vez na história que a crise agrária é inevitável, pois há uma desarticulação com a sociedade, a natureza e os atores envolvidos nesse processo. Além disso, é uma crise global, uma vez que está em jogo a qualidade dos alimentos, a sustentabilidade da produção e a emancipação dos atores envolvidos. Segundo o autor, a saída para esse impasse está na recampesinização que se expressa na resistência do campesinato em lutar por uma autonomia relativa e em reconstruir o que foi destruído pelo Império. Mas, trata-se de uma outra forma de resistência, não restrita a lutas abertas como marchas, bloqueios, ocupações, mas expressa sob uma variedade de formas, tais como nos novos produtos (orgânicos/agroecológicos), na forma de organização das propriedades, na pluriatividade e na multifuncionalidade. Esses novos elementos que caracterizam a resistência conferem orgulho e dignidade aos camponeses, sendo orientados por outra lógica de ação e produção oposta ao império, que se expressa no “princípio camponês”. Outro diferencial nesse novo tipo de resistência, destacado pelo autor, é o fato de se buscar soluções locais para problemas globais através de uma diversidade de respostas, que não seguem um modelo, ou padrão pré-estabelecido.

Já outros autores, embora concordem com esse prognóstico de crise do modelo produtivista, apontam para a constituição de processos sociais diferentes. Para Grazziano da Silva (1998) essas mudanças vem propiciando o surgimento e/ou fortalecimento do “capitalismo verde” com a valorização de produtos livres de agrotóxicos, tais como os produtos orgânicos. Dessa forma, o sistema estaria se adequando a essa nova realidade, com novas tecnologias e redução dos agrotóxicos, de modo que esse novo modelo de produção não constituiria uma oposição e/ou resistência a trajetória capitalista da agricultura. Além disso, ressalta que tem por diferencial o fato de que se antes a revolução verde propiciou a quebra de barreiras, facilitando que qualquer pessoa pudesse produzir, por exemplo, soja, os produtos certificados (verdes) criam barreiras a produção e entrada em certos mercados. Sendo assim, o autor compreende que embora esteja surgindo um novo desenvolvimento agrícola, caracterizado pela

preservação ambiental e pela saúde do consumidor, as questões cruciais dos países do terceiro mundo continuam periféricas nesse contexto, tais como: reforma agrária, concentração de renda, desemprego, ou seja, os bóias-frias, sem-terra, tendem a continuar a ficar para trás.

A análise de Grazziano é pertinente e, de fato, percebe-se que vem se ampliando a demanda por produtos orgânicos no mundo inteiro, “tendo a sua comercialização atingido, em 2009, a cifra de 50 bilhões de dólares, estimando-se em 30% o volume anual de crescimento. O Brasil é considerado atualmente o quinto maior produtor mundial, com 1,77 milhão de hectares cultivados” (WILLER, 2010, p.13 *apud* TAGLIARI E ZOLDAN, 2011). Além disso, tem o maior mercado consumidor de orgânicos da América Latina, o qual está em crescimento. Atentos a essa demanda, empresários, governos, ONGs, agricultores, tem cada vez mais investido na produção orgânica e agroecológica. No entanto, como destacado na primeira parte desse trabalho, com a crise do fordismo e as mudanças pelas quais passam as sociedades tem sido valorizado o desenvolvimento endógeno e suas especificidades locais, culturais e identitárias. Dessa forma, a construção dos territórios pelos atores locais através de suas interações, dinâmicas, de forma horizontalizada e descentralizada passa a ser muito considerada. Embora a busca pela conquista de nichos de mercado e viabilização da comercialização seja um objetivo, o desenvolvimento territorial sustentável não se limita a esse aspecto, de forma setorializada. Mas aposta nos processos de desenvolvimento em que a dimensão econômica é considerada tanto quanto as demais dimensões (cultural, política, social, ambiental). Nesses termos, a recampesinização pode ter vantagens e ganhar um forte impulso, pois o camponês valoriza o saber tradicional, em geral, aprendido com os seus antepassados, o território e a sociabilidade específica desenvolvida por esses atores, que transcendem os laços familiares e de parentesco. Além disso, já possui um sistema tradicional de “produção-policultura-pecuária” que contribui para diversificar os espaços rurais, e fortalecer a multifuncionalidade e a pluriatividade, as quais tornam-se em muitos casos um nicho de mercado. Desse modo, pode-se inferir que essas mudanças além de refletir esse novo contexto, pós-fordista e da sustentabilidade ambiental, não podem ser simplesmente designadas como reprodução da lógica

capitalista sob novas bases, ou do “capitalismo verde”, tal como posto por Graziano (1998). Outro aspecto a ser considerado e que também tende a contribuir para as experiências de recampesinização, refere-se a maior interação desse novo rural com o meio urbano, o que facilita os intercâmbios, contatos, comercialização direta dos produtos, aumento das atividades não-agrícolas, entre outros. No entanto, o meio rural não perde suas especificidades fundamentais, tais como a relação dos seus habitantes com a natureza e as relações sociais de ‘interconhecimento’ (WANDERLEY, 2011).

A título de esclarecimento, é importante destacar que embora tenha havido aumento das atividades não-agrícolas no meio rural, conforme diagnosticado pelo Projeto Rurbano, coordenado por José Graziano da Silva, não se deve confundir a pluriatividade com essas novas atividades. Segundo Schneider (2003),

A pluriatividade é um fenômeno observável no âmbito das famílias rurais, porque pluriativas elas passam a ser à medida que ocorre a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõem. Já as atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas (p.10).

Dessa forma, a família rural pode optar por combinar essas duas atividades (agrícola e não-agrícola) sendo pluriativas, ou optar por abandonar o trabalho agrícola, se voltando apenas para atividades não-agrícolas, embora continue residindo no meio rural. A pluriatividade<sup>6</sup> propicia uma renda mais elevada às famílias, o que contribui para reter a população rural no campo, diminuindo o êxodo rural. Além disso, o crescimento das atividades não-agrícolas vem conferindo uma dinâmica multifuncional ao meio rural, ou seja:

---

<sup>6</sup> Conforme verificado na pesquisa de SCHNEIDER, Sérgio. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, Fátima de; GOMES, Marília Maciel; LÍRIO, Viviani Silva. (Org.). **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária**. Viçosa, 2003, p. 151-188

O espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 28).

Nesse contexto a visão tradicional ou agrária de desenvolvimento que entendia o meio rural através da dualidade rural/urbano, sendo o rural visto como distante, com baixa densidade populacional, pouco diversificado, com alto índice de pobreza, vai sendo superada. Atualmente a função produtiva do meio rural abrange várias atividades (artesanato, turismo, preservação ambiental, agroindústrias, etc), o que o torna um atrativo, em função dos seus recursos naturais, e das suas culturas locais. Sendo assim, os agricultores se tornam polivalentes e pluriativos, e o rural passa a ser compreendido pelo enfoque territorial. Ou seja, como sendo um espaço onde interagem empresas, sistemas locais de produção, economias locais, onde se valoriza a cultura/identidade, a história do local, e as redes interorganizacionais. Essa valorização do rural, tal como posto, decorre da crise iniciada nos anos 70 do produtivismo e da modernização agrícola. Com isso, a agricultura familiar, a multifuncionalidade, a diversificação no próprio modo de produzir os alimentos passaram a ser mais consideradas. Enfim, o espaço rural se modificou, ganhando novos matizes, sendo envolvido por redes diferenciadas que abrangem o território. Desse modo, o paradigma da modernização, considerado principal agente de desenvolvimento rural vem sendo substituído por um novo paradigma de desenvolvimento rural. Nesse contexto, novos produtos e serviços são criados, sendo os recursos internos (endógenos ao território) muito importantes, assim como a cooperação na implementação de projetos aglutinando diferentes atores, os quais se estruturam em redes, tendo muitas vezes escala local, nacional e internacional (KAGEYAMA, 2008).



### **3 A atuação da sociedade civil organizada nas dinâmicas de desenvolvimento rural**

O fortalecimento da sociedade civil vem contribuindo para impulsionar as metas do desenvolvimento rural sustentável. No Brasil, em especial após a Constituição de 1988, emerge como um ator importante. Com isso, vão se desfazendo as principais referências de desenvolvimento ligadas a grandes transformações na economia, ou na política, de modo que os atores principais ou estavam no Estado, ou no Mercado, sendo a sociedade civil relegada a segundo plano.

Mesmo com diferentes trajetórias e visões do modo organizativo de atuar, as organizações da sociedade civil tem em comum a construção de uma agricultura sustentável, tendo por mote “produtividade, sustentabilidade e eqüidade social” (REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL, 1997). Valorizam as pequenas explorações agrícolas que envolvem o manejo tradicional, a criatividade dos camponeses, o uso mais eficiente da terra, da água, e de outros recursos agrícolas, a fim de promover a biodiversidade e diminuir a vulnerabilidade às adversidades climáticas (ALTIERI, 2010). Sendo assim os movimentos, organizações, redes já estão colocando em prática novas formas de agricultura e produção, tais como a agroecologia, as quais vêm constituindo-se como alternativas concretas de desenvolvimento para as populações locais. Bem como, formas de organização mais descentralizadas e horizontalizadas, em rede, onde convergem diferentes pontos de vista.

Um exemplo emblemático da organização dos atores em rede, sendo uma referência no campo da agroecologia, é a Rede Ecovida, formada em 1998 como resultado de mais de 20 anos de trabalho do movimento agroecológico do Sul do Brasil. Estrutura-se através de núcleos regionais os quais são a principal unidade funcional da Rede Ecovida, tendo por objetivo principal fomentar e apoiar essa nova modalidade de agricultura e de desenvolvimento rural. Propicia o intercâmbio de conhecimento, a troca de informações, certificação, comercialização de produtos, sem desconsiderar a unidade familiar, seus propósitos e anseios (ECOVIDA ONLINE, 2011). Desse modo, evita que as

famílias fiquem subordinadas aos pacotes tecnológicos e insumos industriais. No momento, a Rede Ecovida de Agroecologia

Aticula mais de 2.700 agricultores familiares, sendo composta por 23 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. É integrada por, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. São mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização em sua área de atuação (Ecovida Online, 2011). A Ecovida se desenvolve em paralelo a um número crescente de consumidores que nos últimos anos têm se manifestado desejosos de aceder a produtos orgânicos (Yussefi; Willer, 2003; Buainain; Batalha, 2007; Assing, 2009 *Apud* ROVER, 2011, p.03).

Essas iniciativas são vitais para a implementação de sistemas agroecológicos, pois segundo Altieri & Maser (1997) é através dessas ações da sociedade civil organizada que será possível fomentar um desenvolvimento rural de “baixo para cima”, criando estratégias massivas de desenvolvimento sustentável. Isso porque urge minimizar os problemas da pobreza no meio rural, com incentivo aos conhecimentos locais, as necessidades e aspirações das comunidades e seus recursos autóctones.

Avaliações preliminares de algumas das atividades das ONG's amparadas institucionalmente pelo Consórcio Latino-Americano sobre Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES), mostram que os sistemas agroecológicos resultaram em benefícios concretos para as populações locais, como o aumento da produção de alimentos, recuperação e melhoria da qualidade dos recursos naturais e uso mais intenso e eficaz dos recursos locais (ALTIERI, 1997, p. 88).

Para José Graziano da Silva (1997) a agricultura sustentável não é apenas uma nova forma de produção, mas uma nova concepção de desenvolvimento econômico, de uma nova consciência a respeito das relações homem-natureza.

Nesse novo contexto de emergência do paradigma da sustentabilidade, essas experiências que consideram os conhecimentos tácitos, os recursos/produtos naturais (ar limpo, água pura) passam cada vez mais a serem valorizadas. Sendo assim, a pequena produção surge como guardião da

biodiversidade ameaçada, daí a importância da sociedade civil organizada, do trabalho em parceria com órgãos públicos e do fomento de redes para potencializar essas ações (WILKINSON, 2003).

As organizações, atores, fóruns, entidades, ONGs, envolvidas com a agroecologia e com a agricultura familiar, de certo modo, vem seguindo uma tendência da sociedade civil num sentido mais amplo, em termos de construção e fortalecimento de vínculos, tanto comunitários, quanto com o Estado e empresas, via projetos e parcerias. Conforme esclarece Scherer-Warren (1999, p. 137):

A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. Essa é a nova utopia do ativismo: mudança a partir do aqui e agora, contemplando as parcerias e a organização em redes.

De modo geral, as redes sempre existiram em todas as sociedades. A novidade se refere ao fato de que esses padrões reticulares passaram a se intensificar na sociedade pós-fordista em que o poder está disperso em redes/conexões/fluxos. Apresentam um caráter heterogêneo onde se articulam muitas vezes diferentes lógicas, origens, trajetórias, em uma mesma unidade (RANDOLPH, 1997). Para compreender o conceito de redes enquanto organização social é importante relacionar com o conceito de interdependência, pois ao invés de estruturas hierárquicas pressupõe relações mais horizontais e descentralizadas, o que tende a propiciar maior autonomia e melhor fluidez nas informações entre os seus componentes. Atualmente, há uma ampla abrangência das redes em diversos campos, onde as conexões são mais flexíveis, descentralizadas, parecendo convergir para relações mais colaborativas, mas sem eliminar os conflitos e a competição.

Existem diferentes tipos de redes, sendo que no caso da Rede Ecovida trata-se de uma rede interorganizacional, pois é formada por agricultores, ONGs e cooperativas de consumidores, tendo por significado

un sistema abierto de articulación entre organizaciones de la sociedad civil, que puede ser entendido como un tejido de relaciones e intercambios, que son por naturaleza dinámicos, consistentes y autorregulados, que logran alguna duración en el tiempo, se agrupan alrededor de una temática particular y persiguen objetivos comunes (BERGER; JONES y BROWNE, 2011, p.14).

Embora as redes sejam vistas como sendo uma forma de melhor integrar e articular diferentes atores para um propósito comum, faz-se necessário um esforço significativo para manter essas estruturas. Isso porque não é algo a ser construído por apenas um ator, ou uma entidade, mas deve envolver todo o coletivo. Caso contrário a própria articulação e consolidação da rede estará comprometida. Dessa forma, é preciso ir além de uma visão idealista e positiva da rede e considerar suas dificuldades e debilidades. Pois, mesmo sendo uma estrutura mais descentralizada/horizontalizada, as redes não estão imunes às tensões, conflitos, centralidades, divergências, entre outros desafios. Sendo assim, para compreender a dinâmica da rede é preciso analisar as forças em tensão existentes, as quais podem ser dissonantes e ao mesmo tempo complementares. Isso porque não se trata de negativá-las ou positivá-las, mas de reconhecê-las, pois podem ser ´tensões criativas` ou ´tensões disruptivas`. O desafio da rede consiste em conduzir o processo de modo a equilibrar essas diferenças, evitando rompimentos na rede. Essas dicotomias são comuns nos processos colaborativos e os apostos ao invés de serem vistos como bons ou maus, podem ser vistos como complementares. Ou seja, ao invés da lógica “ou isto, ou aquilo”, passa-se para a lógica dialógica “isto e aquilo” (JONES, 2011; MORIN, 2007).

A organização e atuação dos atores do meio rural em redes é importante, pois faz-se necessário uma coalizão de diferentes forças atuando no campo democrático, a fim de buscar soluções para os complexos problemas rurais, em especial a pobreza e a questão ambiental (manejo dos recursos naturais) (NAVARRO, 2001). Mas, ainda que essas experiências venham tendo êxito e contribuindo, de fato, para fortalecer o paradigma da sustentabilidade também apresentam vários desafios. Em primeiro lugar é preciso destacar que embora

tenha havido certos avanços nas políticas públicas voltadas à produção agroecológica, ainda continuam sendo muito restritas, marginalizadas, se comparado aos aportes concedidos ao agronegócio. Segundo Almeida<sup>7</sup> (2011), a fim de reverter essa situação, de modo a se ampliar e se consolidar, a proposta agroecológica precisa se constituir enquanto um movimento social<sup>8</sup>, a fim de se impor política e socialmente. Ou seja, não pode ser uma ação meramente contestadora e nem se fechar em sua identidade, ou espaços específicos. Precisa demonstrar novas possibilidades de produzir e de viver, indo além da oposição ao modelo produtivista/tecnocrático. Para tal deve-se legitimar em diferentes campos (científico, político, social), pois é por meio da interação, disputa de espaços que irá se consolidar. No entanto, ressalta que essas experiências não têm conseguido atuar com força em termos do “agir do tipo conflitual”. Além disso, existe um “vácuo” entre o discurso ideológico sobre agroecologia e a prática agroecológica real que pouco se diferencia das diversas formas de agricultura sustentável. Como reflexo dessa situação menciona alguns desafios dessas experiências, tais como o caráter ideológico dos mediadores técnicos; pouca interação entre os atores envolvidos nesse processo; incipiente acompanhamento e baixa sistematização dessas atividades; gargalos tecnológicos; frágil capacitação profissional para lidar com a complexidade dos sistemas produtivos e da agroecologia. Desse modo, aponta três cenários possíveis para a agroecologia:

A institucionalização da marginalização da agricultura alternativa ou ecológica; uma segunda que corresponde a uma certa "ecologização" da agricultura moderna ou convencional; e uma última em que a agricultura ecológica poderá ser apreendida enquanto uma verdadeira alternativa técnico-científica global (ALMEIDA, 2011, p. 17).

---

<sup>7</sup> Essa análise do autor tem por base as experiências em agroecologia no Sul do Brasil, em especial no Rio Grande do Sul.

<sup>8</sup> Movimento social pode ser definido como: “um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com a fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas.” (SCHERER-WARREN, 1996, p.16).

O destaque para a agroecologia, conforme referido, decorre do fato de que além de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, vem sendo o principal campo de resistência ao agronegócio, pois toda sua forma de produção se estrutura em novas bases, que consistem na negação da modernização agrícola (produtivista). Além disso, pesquisas têm demonstrado que para melhorar a produtividade dos pequenos sistemas agrícolas é importante a adoção dos princípios ecológicos e métodos agroecológicos, a fim de modernizar as pequenas propriedades. Isso porque,

Muitos cientistas e especialistas em desenvolvimento e organizações internacionais sustentam que o rendimento da agricultura de subsistência não é satisfatório e que a intensificação da produção é essencial para a transição da subsistência à produção comercial (ALTIERI, 2010, p.29).

Contudo, embora a importância desse segmento para o meio rural, os desafios envolvem também experiências no âmbito do desenvolvimento territorial, incluindo atores da agricultura familiar, mediadores, iniciativa privada, instituições públicas, ONGs, entre outros. Isso em grande parte devido ao fato de que o desenvolvimento territorial sustentável propõe não apenas a integração entre diferentes dimensões do território, mas também a necessidade de repensar o conteúdo dessas dimensões. Nesse contexto, é preciso uma reestruturação dos poderes públicos para operar com essas novas dinâmicas. Ou seja, faz-se necessário uma ação pública territorializada, que contemple os diversos atores do território através da governança territorial. A governança é imprescindível para o desenvolvimento territorial sustentável, no entanto, sua implementação apresenta sérios desafios, tais como a articulação entre atores muito diversos, com diferentes lógicas de organização (mercantil, hierárquica, associativa), o que dificulta a coerência e a busca da transversalidade (LÉVESQUE, 2010). Além disso, em relação aos programas/projetos que visam o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) há vários empecilhos, tais como a construção de “boas práticas” que pressupõem a forma de fazer e implementar

boas ações, tais como democracia participativa, transparência, preservação ambiental, inclusão social e incentivo a competitividade econômica no território (THEYS, 2003). Outros desafios vêm sendo apontados por pesquisas recentes<sup>9</sup> sobre desenvolvimento territorial e sustentabilidade, as quais demonstram que a “lógica burocrática” vem se sobrepondo à lógica territorial. Como consequência, há pouca articulação entre as instâncias nos territórios, não existindo planejamento em longo prazo. Assim como, disputas de poder e recursos entre os diferentes atores, além da dificuldade de renovação das lideranças (ANDION, 2007). Outro aspecto destacado refere-se ao “populismo da ação”, ou seja, muitas vezes ocorre por parte dos operadores/mediadores do desenvolvimento uma “exaltação falaciosa” dos pobres. Se por um lado, enaltecem o povo, por outro, vêem seu “miserabilismo” como impotência para a ação, sendo os atores pobres vítimas sem condições de realmente mudar essa situação. Dessa forma, uma das questões chave que sempre necessita estar presente é a de “como reabilitar, sem idealizar e substituir politicamente aqueles que se encontram nos estratos sociais mais baixos”? (CAZELLA, 2003, p.241). Outros aspectos negligenciados pelos operadores do desenvolvimento referem-se aos conflitos sociais, que dificultam a cooperação (maior sinergia) e as diferentes linguagens (operadores, atores e culturas locais) existentes nos territórios.

Esses desafios elencados podem ser sintetizados na análise de Favareto (2007) sobre o desenvolvimento territorial, na qual adverte haver uma dificuldade da passagem do discurso à ação, ou da “visão à ação”. Embora a perspectiva territorial sustentável venha cada vez mais sendo utilizada por instituições governamentais, acadêmicas, entidades da sociedade civil, entre outras, não vem conseguindo superar a visão agrária de desenvolvimento, sendo as questões referentes a neo-ruralidade incluídas por “adição”. Destaca que isso decorre de uma série de fatores com raízes em uma tradição amparada no paradigma anterior, envolvendo interesses, poder, status, o que dificulta a

---

<sup>9</sup> Vide: ANDION, Maria Carolina Martinez. 2007, 385f. Tese (Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas / Doutorado Sociedade e Meio Ambiente). Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio Rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianezi de Educação Popular e da Agreco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

inovação. No entanto, se o paradigma agrário levou séculos para se consolidar, enfatiza que ainda é cedo para saber se o desenvolvimento territorial sustentável se tornará um novo paradigma.

### **Considerações finais**

As mudanças globais oriundas da crise do fordismo, da ampliação das novas tecnologias, da globalização e do neoliberalismo favoreceram o surgimento do Império, o qual tem por principal objetivo a busca ilimitada de recursos e de lucro. Para tal pouco importa se tem de drenar a exaustão o que encontra pela frente, pois ao findar os recursos em certo território, migra para outro, e assim sucessivamente. Um dos principais limites a essas práticas, segundo os críticos, é a finitude dos recursos naturais, os quais já dão sinal de esgotamento, inviabilizando a capacidade regeneradora da natureza. Além disso, no meio rural o modelo produtivista, calcado nas monoculturas, vem recebendo muitas críticas em função do uso de agrotóxicos, dos danos sociais e ambientais causados. Além do mais, apenas uma pequena parcela dos agricultores familiares consegue se integrar às cadeias do agronegócio sendo, em geral, aqueles com mais estrutura, eficiência e competitividade.

Frente à crise do modelo produtivista hegemônico e seus impactos nas diferentes esferas (social, ambiental, cultural, econômica) muitos autores têm apontado para a emergência de novas modalidades de desenvolvimento no meio rural. Isso porque com a valorização dos recursos naturais, das populações locais, nesse novo contexto da neo-ruralidade, o meio rural ganha um impulso que se expressa na pluriatividade, na multifuncionalidade e na diminuição do êxodo rural. A agricultura familiar, a agroecologia, a produção de orgânicos passam a ser uma alternativa para a permanência no meio rural. Além disso, persistem formas campestinas de agricultura, baseadas na unidade familiar que operam com uma relativa autonomia em relação aos mercados, mantendo suas especificidades. Entre as quais se destacam as relações de interconhecimento, de reciprocidade, de parentesco, de colaboração, entre outros. Ou seja, a lógica mercantil não conseguiu colonizar totalmente esses



espaços, de maneira que não estão fadados a reproduzir a racionalidade instrumental. Desse modo, constituem formas alternativas, de resistência, que podem vir a consolidar novas dinâmicas de desenvolvimento rural.

Contudo, embora essas perspectivas positivas para o florescimento dessas experiências, ainda persistem muitos desafios para alavancá-las. Há muitos interesses em jogo, disputas políticas, ideológicas, pouca participação dos atores locais, o que acaba dificultando a consolidação e/ou ampliação dessas iniciativas. Mas, o que tem contribuído para reverter essa situação tem sido a organização dos atores locais em redes, com vínculos internos e externos ao território, em diferentes escalas (regional, nacional, internacional). Em geral a própria organização em rede predispõe uma maior descentralização e horizontalidade na construção das ações, na tomada de decisões, de modo que a figura tradicional dos mediadores vem perdendo espaço. O controle, as informações não podem ficar restritas a certos elos (atores), caso contrário a rede deixa de funcionar enquanto rede e perde espaço, possibilidades, seja referente a inovações, a novas tecnologias, a novos mercados, etc. Outro aspecto importante propiciado pelas redes se refere a ampliação dos vínculos, das pontes com outras redes/grupos, o que facilita a formação de parcerias, de contatos, de apoios. No contexto atual, essa possibilidade de interagir com vários campos, diferentes grupos sociais, é fundamental para viabilizar a produção, dando conhecimento dos produtos a outros atores, não restritos ao território, ao município e/ou ao distrito. As novas tecnologias têm propiciado significativa contribuição para essas conexões, o que contribui para a disseminação e o interesse pelas redes. Além disso, cada vez mais vem se tornando consenso que os laços ou ativos relacionais condicionam a natureza dos empreendimentos, ou seja, as possibilidades e oportunidades dos atores. Nesse sentido, os grupos mais bem sucedidos são aqueles que apresentam uma rede estruturada com vínculos internos e externos ao território, tendo laços fortes e fracos. No entanto, embora a importância dos laços externos, são as interações no âmbito local que propiciam a formação de um “padrão produtivo territorial”, pois permitem a difusão e a incorporação da inovação (VALE, 2006).

Considerando os aspectos mencionados pode-se inferir que o meio rural tende a se tornar mais plural, com uma maior diversidade de formas de trabalho,

de produção e de organização (redes, fóruns, movimentos sociais, associações, agroindústrias). Essas mudanças devem favorecer a transição do paradigma agrário para o paradigma do desenvolvimento territorial sustentável, firmando seus pressupostos e com isso diminuindo os principais desafios do meio rural, tais como pobreza, degradação ambiental e êxodo rural.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.** Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/665.pdf>. Acesso em 20/04/2011.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** REVISTA NERA – ANO 13, Nº. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010 – ISSN: 1806-6755

ALTIERI, Miguel & MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ANDION, Carolina et al. **Space and Inequality:** A Case Study of Territorial Development in Santa Catarina. Administrative Theory & Praxis / June 2009, Vol. 31, N.º 2.

ANDION, Maria Carolina Martinez. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio Rural de Santa Catarina:** os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BERGER, Gabriel; JONES, Mercedes y BROWNE, Marcela. **Relevamiento de Modelos de Colaboración entre Organizaciones Sociales.** Disponível em: <http://www.gestionsocial.org/>. Acesso em: 20/01/2011.

CAZELLA, Ademir Antonio. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. Disponível em: [http://www.preac.unicamp.br/eaunicamp/arquivos/diegues\\_rattner.pdf](http://www.preac.unicamp.br/eaunicamp/arquivos/diegues_rattner.pdf)

ECOVIDA, on-line. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA002&stp=STP0002>. Acesso em: 20/05/2011.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

\_\_\_\_\_. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O., ed. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2006. Tradução: Berilo Vargas.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola: 5.º Edição. São Paulo, 1992.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Civilização Brasileira. 10º Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2002.

JONES, Mercedes. **Desafios de la articulación social – fuerzas em tensión y costos ocultos de la colaboración en red**. Disponível em: <http://www.gestionsocial.org/>. Acesso em: 20/01/2011.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS – PPGDR, 2008.

LÉVESQUE, Benoit. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. In: VIEIRA, Paulo Freire et al (orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

LIPIETZ, Alain. **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel, 1991.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos avançados, vol. 15, nº 43, São Paulo: 2001.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

RANDOLPH, Rainer. **Sociedade-rede: paraíso ou pesadelo?** Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. Trabalho apresentado na IV Semana de Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, dez. de 1997.

REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ROVER, Oscar José. **Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de agroecologia**. Revista Ciências Sociais Unisinos, Abril de 2011.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. **Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira (Org). São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **A terceira margem: em busca do ecodeenvolvimento**. Tradução: Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, Fátima de; GOMES, Marília Maciel; LÍRIO, Viviani Silva. (Org.). **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária**. Viçosa, 2003, p. 151-188

SERVA, Maurício. **A dimensão sócio-organizacional do desenvolvimento sustentável**. Anais do I EBANGRAD – I Encontro dos Cursos de Graduação em Administração, Salvador, 1999.

SILVA, José Graziano da. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O., ed. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.

- SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O., ed. **Globalização e sustentabilidade na agricultura**. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.
- TAGLIARI, Paulo Sergio & ZOLDAN, Paulo Ceser. Alimentos orgânicos na preferência dos consumidores. *Revista Agropecuária Catarinense*, V.24, n.º 01, março de 2011.
- THEYS, Jacques. O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentido e limites de uma integração. *Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas*. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Editora UFRGS, Nov. de 2008.
- VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Laços como ativos territoriais: análise das aglomerações produtivas na perspectiva do capital social**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Lavras – MG, 2006.
- VIEIRA, Paulo Freire e CAZELLA, Ademir Antonio. **Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise**. Disponível em: <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=5298>. Acesso em: 10/11/2009.
- VIEIRA, Paulo Freire. **Ecodesenvolvimento: do conceito à ação – de Estocolmo a Joanesburgo**. IN: SACHS, Ignacy. Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (Org). São Paulo: Cortez, 2007.
- VIEIRA, Paulo Freire. **Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo**. *Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas*. – v.4, dezembro de 2006 – Florianópolis: PPGAGR, 2006.
- VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Filkret; SEIXAS, Cristiana S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. In: **Estudos sociedade e agricultura**. Nº 21, Outubro de 2003. Rio de Janeiro: Mauad.